

Confronto soluciona dívida

A solução para o problema da dívida externa da América Latina só será encontrada a partir do confronto e de uma ação conjunta entre os países devedores do continente. Esta é a principal conclusão do documento final da Assembléia Parlamentar Latino-Americana, encerrada ontem no auditório Petrônio Portel. O documento, lido na sessão de encerramento da Assembléia pelo senador Severo Gomes (PMDB), ressalta também que "os representantes latinos entenderam que a unidade de ação e a mobilização dentro de cada País em torno do assunto dará maior respaldo aos governos".

Para justificar esta posição, o documento da Assembléia salienta que os países latino-americanos fizeram enormes esforços para se ajustar às rígidas normas ditadas pelas instituições financeiras internacionais, mas depois de vários anos de tentativa os resultados não foram satisfatórios. A renda per capita dos quinze maiores devedores caiu violentamente entre 1981 e 1986. Houve recessão e a conseqüente queda acentuada no nível de emprego, acompanhada pela redução dos salários reais.

Outro resultado deste contexto é a inflação "desde a incontornável até a insuportável", jun-

tamente com a falta de recursos para atender aos programas mínimos de saúde, educação e saneamento. Os setores produtivos também estão sendo penalizados pela falta de recursos, pela fuga de capitais e queda constante dos preços internacionais dos produtos latino-americanos de exportação.

Confronto

Os parlamentares e economistas que participaram da Assembléia afirmam no documento que o momento é de confronto, devendo modificar a relação de submissão pela negociação com base no conflito de interesses. Com base neste fundamento os parlamentares latino-americanos decidiram o seguinte: a) Incentivar a realização de conferência intergovernamental permanente no primeiro nível de decisão política para orientar a ação de instituições econômicas regionais; b) definir pautas conjuntas de negociações que contribuam para obter condições mais justas e permanentes; c) executar ações concretas em cada um de seus países para assegurar a unidade e mobilização em torno do assunto; d) expressar a plena solidariedade regional àqueles que adotaram ou vierem a adotar legítimas medidas de suspensão de pagamento; e) mobilizar os diferentes setores nacionais para assegurar

seu compromisso com integração latino-americana; f) adotar medidas que impeçam a transferência líquida de recursos para fora da América Latina; g) incentivar os parlamentares de cada país para que tomem iniciativas coerentes com a Declaração.

Ratificação

Durante a sessão de encerramento da Assembléia, tanto o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, como o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, destacaram a importância de ratificação do Parlamento Latino-americano, lançado em novembro último em Lima pelo presidente do Peru, Alan García. O presidente da Câmara destacou que a ratificação do Parlamento será o ponto de partida para a concretização da nova tese em torno da negociação da dívida externa do continente.

Ulysses Guimarães lembrou que ao final deste ano a dívida da América Latina atingirá US\$ 1 trilhão, o que corresponde ao dobro das exportações da região. Mais da metade desta dívida vence nos próximos cinco anos, sendo que os juros alcançam de US\$ 35 a US\$ 40 bilhões ao ano. Se o pagamento desta dívida continuar sendo feito os países devedores correm o risco, segundo o deputado, de ingressar numa situação de insolvência completa.